



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015061-95.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **Personal Service Terceirização Ltda**
 Requerido: **Banco Santander Brasil Sa**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 16 de junho de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
Dr. MILTON COUTINHO GORDO.
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 1648/13

Vistos

PERSONAL SERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face do **BANCO SANTANDER BRASIL S/A**, todos devidamente qualificados. Em apenso segue impugnação ao valor da causa.

Aduziu a autora, em síntese, que necessita de cópias dos documentos especificados nos itens 1 e 2 de fls. 04 para instruir o ajuizamento de futura ação revisional de cláusulas contratuais.

Regularmente citado, o requerido contestou a ação e não apresentou documentos; na sequência intimado nos termos do despacho de fls. 72, peticionou informando a não localização do contrato de leasing.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

0015061-95.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A inicial não é inepta. Descreve os fatos de modo satisfatório, bem como a consequência jurídica (pretensão) que o autor pretende deles extrair, possibilitando o pleno exercício do direito de defesa.

As razões que levaram ao ajuizamento da demanda traduzem necessidade na obtenção do pronunciamento judicial.

Também não falta ao autor interesse de agir, que é consubstanciado no binômio necessidade-utilidade.

Estando a autora a pleitear exibição de documento **comum às partes** é evidente seu interesse na via eleita.

Passo à análise do mérito.

Trata-se de medida cautelar satisfativa.

A autora veio a juízo esclarecendo que a exibição dos documentos se faz necessária para instruir eventual processo revisional de cláusulas contratuais

A ação é realmente necessária e adequada a fim juridicamente possível, especialmente se considerarmos que em relação de consumo, como é o caso, tem o Banco obrigação de fornecer os documentos indicados na inicial, seja para garantir o direito básico da autora de facilitação da sua defesa em juízo (art. 6º, III do CDC), seja porque é seu o ônus probatório do fornecimento adequado e efetivo dos serviços bancários contratados.

Em se tratando de documentos comuns às partes, não é dado ao réu a negativa de exibição (art. 358, III, CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Irrelevante, por outro lado, que a autora tenha recebido extratos ou ainda que não tenha formulado pedido na Seara Administrativa com os custos respectivos. Sobre isso já se decidiu:

Recurso Especial. Processo civil. Instituição Bancária. Exibição de documentos. Custo de localização e reprodução dos documentos. Ônus do pagamento. Se pode o cliente a qualquer tempo requerer a instituição financeira prestação de contas, pode postular a exibição dos extratos de suas contas correntes, bem como as contas gráficas dos empréstimos efetuados, sem ter que adiantar para tanto os custos dessa operação (STJ – REsp 330.261-SC, Rel. Ministra Nancy Andrigui, j. 06/12/2001, DJ. 08/04/2002, p. 212).

Assim, o reclamo merece ser acolhido com apenas uma ressalva.

É que a inércia da ré não justifica a sanção pedida na inicial, ou seja, a declaração de anulação de todos os lançamentos em nome do autor, emitidos pela Instituição Financeira, sendo cabível a expedição de mandado de busca e apreensão.

Esse foi o entendimento adota pela 3ª Turma do STJ em julgamento de questão semelhante. Confira-se:

(...) a pena de confissão só pode ser aplicada, tratando-se do processo em que se visa a uma sentença que tenha por base o fato que se presume verdadeiro. Não há como o juiz simplesmente considerar existente um fato, desvinculado de uma pretensão. Isso só se verifica na declaratória de falsidade documental. O processo cautelar visa, tão-só, a obter a exibição do documento ou coisa. Nem sempre, aliás, se destinará a servir de prova em outro processo. Presta-se, com frequência, a que o autor simplesmente possa avaliar se lhe assiste o direito.
 (...) Alega-se que, não havendo aquela sanção, será inútil a sentença que determine a exibição. Assim, não é entretanto. Desatendida a ordem de exibição, será o caso de busca e apreensão (...) (REsp 204.807).

Mais, creio é desnecessário acrescentar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação cautelar para determinar a expedição de mandado de busca da documentação pedida na inicial, ou seja, **cópia do contrato de leasing n. 0044293-3 e demonstrativos de evolução dos pagamento e saldo devedor, tais como extratos de contas ou outro equivalente**, cabendo ao banco, sob pena de ato atentatório a dignidade da justiça, indicar previamente nos autos, em 05 dias, onde se encontra.

Sucumbente, arcará o requerido com o pagamento das custas e honorários ao patrono do autor que arbitro por equidade em 10% do valor dado à causa.

P.R.I.

São Carlos, 02 de julho de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**